

**Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual
no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região****ATA DE REUNIÃO**

DATA	LOCAL	HORÁRIO
16 de maio de 2022	Plataforma <i>Google Meet</i> - Videoconferência	das 16h às 18h

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ATA

Nº da Ata	011
Nome da Demanda	Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

2 - PAUTA

1. Assédio Organizacional;
2. Considerações sobre o evento ["Escola ao Vivo: "Assédio Organizacional e suas implicações na saúde mental"](#), realizado no dia 2 de maio.

3 - PARTICIPANTES**3.1 - Comissão do Tribunal**

Desembargadora Luciane Storel	Magistrada indicada pela Presidência, Presidente da Comissão do Tribunal
Desembargadora Eleonora Bordini Coca	Magistrada eleita em votação direta entre os magistrados membros do tribunal, a partir de lista de inscrição
Juíza Zilah Ramires Ferreira	Magistrada indicada pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho
Fauzi El Kadri Filho	Servidor indicado pelo Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão
Vlademir Nei Suato	Servidor indicado pela Presidência
Ivan Bagini	Servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região - Sindiquinze

**Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual
no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**

Isaias Clemente	Servidor eleito em votação direta entre os servidores efetivos do quadro, a partir da lista de inscrição
3.2 - Comissão do Foro de 1º Grau	
Juíza Patrícia Maeda	Magistrada indicada pela Direção do Foro, Presidente da Comissão do Foro do 1º Grau
Juíza Milena Casacio Ferreira Per	Magistrada indicada pelo Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região - AMATRA XV
Juíza Camila Moura de Carvalho	Magistrada eleita em votação direta entre os magistrados de 1º Grau, a partir da lista de inscrição
Andréa Azevedo	Servidora indicada pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região -Sindiquinze
Jovane Coelho Ventura	Servidor indicado pela Direção do Foro
Integrantes das Comissões de 1º e de 2º Grau	
Thaís Cremasco	Representante da Ordem dos Advogados do Brasil
Luiz Henrique de Freitas Pereira	Secretário de Gestão de Pessoas Substituto
Sérgio de Oliveira Cordeiro	Secretário de Saúde
Iara Cristina Gomes	Assessora de Gestão Estratégica
Convidado	
Pedro Henrique Melloni Forte	Médico Psiquiatra do TRT 15

Secretariou a reunião a servidora Juliana Hauptmann Borelli Thomaz, Assistente da Secretaria de Gestão de Pessoas.

4 - DETALHAMENTO DOS ASSUNTOS ABORDADOS

A Desembargadora Luciane Storel, Presidente da Comissão, agradeceu a presença de todos, em especial do médico convidado, Dr. Pedro Meloni. Em seguida, esclareceu que a reunião foi designada para tratar

dos assuntos pautados, conforme seguem:

1. Assédio Organizacional.

A Presidente da Comissão franqueou a palavra ao Secretário de Saúde, Sérgio de Oliveira Cordeiro, que se manifestou a respeito da Campanha relativa à Síndrome de *Burnout*, prevista para o segundo semestre deste ano.

O Secretário Sérgio destacou o trabalho realizado pela Secretaria de Saúde no que diz respeito ao *Burnout*, classificada desde 1º de janeiro, pela Organização Mundial da Saúde, como doença ocupacional. Sérgio destacou a importância de se debruçar sobre o tema, a fim de apurar o nexo causal com o trabalho, até mesmo como meio de auxiliar o Tribunal na concessão de eventuais licenças médicas.

O médico psiquiatra do Tribunal, Dr. Pedro Melloni, salientou que o que tem motivado a discussão no âmbito institucional é como tentar, do ponto de vista de saúde, tratar as questões na perspectiva da prevenção.

Nesse aspecto, o Secretário Sérgio ressaltou que a pesquisa, a ser realizada no segundo semestre, poderá apurar se o assédio institucional é também um agente causador do *Burnout* e abordou o levantamento de riscos - programa de prevenção de riscos ambientais - PPRA, que foi prejudicado pela pandemia. Asseverou que já está em andamento a elaboração do DOD (Documento de Oficialização de Demandas) e que deve ter início nos próximos dias o PROAD para começar a tramitar uma nova licitação. Acrescentou que será preciso também a elaboração do Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO, além de outro documento que deverá ser elaborado para subsidiar, junto com o PPRA, a confecção do Perfil Psicográfico Previdenciário - PPS.

A Comissão formalizou, ao longo das discussões, algumas recomendações:

A Comissão endossa a necessidade de urgência na licitação para que possa, o mais brevemente possível, dar início ao PPRA, assim como aos exames periódicos.

Nesse aspecto, o Secretário da Saúde lembrou que o Tribunal já retomou os exames para o teletrabalho, que se enquadram também como exames periódicos.

A Comissão propõe que seja aberto um canal para um planejamento estratégico anual (com reuniões semestrais) de controle da produtividade da atividade-fim do primeiro grau, com participação de magistrados, diretores e corregedoria.

A Comissão aprovou a substituição da palavra “reclamação” pela palavra “notícia” no formulário sobre assédio institucional, para constar “Registro de Notícia”.

A Comissão aprovou a Campanha publicitária sobre o *Burnout* para o segundo semestre, a ser feita junto

com a Secretaria de Saúde.

Ficaram definidos os seguintes voluntários para o Grupo de Trabalho:

1. Desembargadora Luciane Storel;
2. Juíza Milena Casacio;
3. Servidora Andréa Azevedo e
4. Secretário Sérgio Cordeiro.

A Comissão proporá à EJUD a inclusão de um painel com os Desembargadores na capacitação a ser promovida para os magistrados de 1º grau, cujo tema sugerido é “Detentor de Poder Também Sofre Assédio - Gestão ou Assédio Organizacional?”

2. Considerações sobre o evento realizado no dia 2 de maio de 2022 - “Assédio Organizacional e suas implicações na saúde mental”.

A Comissão constatou no referido evento que a maior queixa dos magistrados, diretores e servidores é a demanda de trabalho (metas), ou seja, a cobrança quantitativa sem levar em conta as particularidades de cada Unidade.

Os assuntos que surgiram com mais frequência no *chat* do evento foram: a comunicação (forma como são cobrados); a cobrança desigual (para lotações deficitárias); falta de espaço para compartilhamento de dificuldades; ouvir mais os servidores sobre aquelas tarefas que estão mais atrasadas; possível existência de assédio (nas lotações com alta rotatividade de servidores); a existência do *ranking* (que deveria ser um instrumento de controle, não de competitividade) e os relatórios (que refletem mais uma cobrança do que um *feedback* positivo).

Não foi definida data para a próxima reunião.

A Exma. Desembargadora Presidente da Comissão do Tribunal, agradecendo a participação e o trabalho de todos, encerrou a videoconferência.

5 – APROVAÇÃO DA ATA		
Divulgada por e-mail em	Data	23/5/2022
Considerada aprovada em	Data	26/5/2022